

NOTA TÉCNICA Nº 04/2018

Brasília, 11 de Janeiro de 2018.

ÁREA:	Finanças Municipais
TÍTULO:	Orientação aos Municípios sobre a Lei Complementar 161/2018 – Cooperativas de crédito
REFERÊNCIAS:	Lei Complementar 161/2018, Lei Complementar 130/2009
PALAVRAS-CHAVE:	Cooperativas de crédito; captação de recursos; fundos garantidores;

Considerando a publicação da Lei Complementar nº161 de 04 de janeiro de 2018, que alterou a Lei Complementar 130/2009 que dispõe sobre Sistema Nacional de Crédito Cooperativo para permitir às cooperativas de crédito captar recursos dos Municípios;

Considerando que conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), até dezembro de 2017 um total de 2.161 (39%) Municípios brasileiros não possuíam instalados em seu território nenhuma Agência bancária ou mesmo Posto de Atendimento Bancário (PAB) de Bancos Federais. Sendo bancos federais o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), sendo que este último não tem atuação direta ao público.

Considerando que em apenas 157 Municípios dos que não possuem Agência e PAB existe um Postos de Atendimento Eletrônico.

Considerando que as Cooperativas de crédito estão presentes e devidamente estruturadas em aproximadamente 2.200 municípios, com mais de 4,7 mil pontos de atendimento e acabam sendo as únicas instituições financeiras atuantes em um expressivo número de localidades notadamente mais remotas (mais de 400 municípios).

Considerando que um dos papéis da Confederação Nacional de Municípios (CNM), além da defesa constante dos interesses dos Municípios, é o de orientar os gestores municipais na tentativa de prevenir a ocorrência de apontamentos, devido ao descumprimento de preceitos legais como da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como na realização de ações que proporcionem a sustentabilidade de sua gestão.

Esclarecemos:

A Lei Complementar 161, de 04 de janeiro de 2018, promoveu uma expressiva mudança na história das cooperativas de crédito e dos Municípios brasileiros, ao possibilitar as cooperativas de crédito captar recursos de Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas controladas por eles.

Em meio à possibilidade de fechamento de quase 2 mil agências de bancos postais em todo o país e tendo que, conforme informações do Banco Central do Brasil (BCB), mais de 2.000 Municípios brasileiros não possuem nenhuma agência bancária ou mesmo posto de atendimento bancário (pab), com destaque para o Estado do Piauí com mais de 168 (75%) Municípios sem agência ou pab, seguido pelo Estado do Tocantins com mais de 94 (67,6%) Municípios sem agência ou pab.

Tabela 1. Estados com maior quantidade de Municípios sem banco ou pab

UF	Total de Municípios	Possui Banco?		% Sim	% Não
		Sim	Não		
PI	224	56	168	25,0%	75,0%
TO	139	45	94	32,4%	67,6%
RN	167	57	110	34,1%	65,9%
PB	223	80	143	35,9%	64,1%
AM	62	23	39	37,1%	62,9%
MA	217	102	115	47,0%	53,0%
MG	853	422	431	49,5%	50,5%
AP	16	8	8	50,0%	50,0%
GO	246	126	120	51,2%	48,8%
RS	497	277	220	55,7%	44,3%
SE	75	44	31	58,7%	41,3%
PA	144	89	55	61,8%	38,2%
MT	141	90	51	63,8%	36,2%
AL	102	69	33	67,6%	32,4%
PR	399	278	121	69,7%	30,3%
BA	417	296	121	71,0%	29,0%
RR	15	11	4	73,3%	26,7%
SP	645	480	165	74,4%	25,6%
RO	52	40	12	76,9%	23,1%
PE	184	143	41	77,7%	22,3%
ES	78	61	17	78,2%	21,8%
CE	184	152	32	82,6%	17,4%
AC	22	19	3	86,4%	13,6%
MS	79	70	9	88,6%	11,4%
SC	295	279	16	94,6%	5,4%
RJ	92	90	2	97,8%	2,2%
DF	1	1	-	100,0%	0,0%
Total	5.569	3.408	2.161	61,2%	38,8%

Fonte: BCB, elaboração CNM

Esses Municípios enfrentam uma realidade dura, não há agência bancária oficial e devido à distância e às condições de trafegabilidade, é difícil o acesso à agência de outro Município, trazendo problemas para a realização de operações bancárias mínimas, tais como, pagamentos, arrecadação e obtenção de documentos. Além de prejuízos causados à administração e aos servidores por ocasião do pagamento da folha, considerando o desperdício de tempo e dinheiro (diárias, combustíveis, etc.) decorrentes do deslocamento para o recebimento do salário em outro Município. Essa situação ainda que de forma indireta acaba promovendo o favorecimento de outro Município, em razão de que o Municípios com a agência recolhe o imposto dos serviços oferecidos pelo banco inclusive daquelas operações realizadas por outro Ente que é obrigado a depositar seus recursos em um banco que não se encontra em sua cidade.

Diante desse cenário a autorização das prefeituras depositarem seus recursos nas instituições financeiras que de fato estão localizadas em seus Municípios, como as cooperativas de crédito -e ainda que não estejam localizadas no Município, é possível que estejam em uma localidade muito mais próxima que de uma agência ou pab-, possibilitará a promoção do desenvolvimento e o fortalecimento da economia local por meio da oferta de crédito, da geração de emprego e renda, da formação de poupança e da melhoria da qualidade de vida da população.

Pelos dados do BCB atualizados até dezembro de 2017 existem no Brasil um total de 1.008 cooperativas de crédito espalhadas por 523 Municípios. A presença maior das cooperativas é registrada nas regiões Sudeste e Sul do país.

Além das sedes, as cooperativas contam também com mais de 5,4 mil pontos de atendimento cooperativo (PACs).

Conforme informação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) as cooperativas de crédito estão presentes em aproximadamente 95% dos Municípios, no entanto os dados do Banco Central revelam que ainda há uma concentração de cooperativas nos grandes centros metropolitanos e capitais. As cooperativas estão presentes em apenas 46% dos Municípios. Em conversa com a OCB a ideia é expandir a quantidade de cooperativas a partir da demonstração de interesse dos gestores em realizar suas operações passivas junto à instituição financeira.

Tabela 2. Distribuição das Sedes e PACs por região

UF	Total de Municípios UF	Municípios com cooperativas		Quantidade de Municípios por UF (sem cooperativas)	% de Municípios Com Cooperativa	% de Municípios Sem Cooperativa
		Quantidade de Municípios por UF	Quantidade de Cooperativas			
AC	22	4	11	18	18%	82%
AL	102	7	21	95	7%	93%
AM	62	4	12	58	6%	94%
AP	16	1	2	15	6%	94%
BA	417	91	154	326	22%	78%
CE	184	14	20	170	8%	92%
DF	1	1	42	-	100%	0%
ES	78	72	157	6	92%	8%
GO	246	89	179	157	36%	64%
MA	217	20	26	197	9%	91%
MG	853	542	987	311	64%	36%
MS	79	47	102	32	59%	41%
MT	141	112	216	29	79%	21%
PA	144	27	49	117	19%	81%
PB	223	16	47	207	7%	93%
PE	184	21	44	163	11%	89%
PI	224	4	5	220	2%	98%
PR	399	337	877	62	84%	16%
RJ	92	37	150	55	40%	60%
RN	167	4	11	163	2%	98%
RO	52	51	146	1	98%	2%
RR	15	1	1	14	7%	93%
RS	497	459	915	38	92%	8%
SC	295	288	931	7	98%	2%
SE	75	2	4	73	3%	97%
SP	645	278	808	367	43%	57%
TO	139	16	24	123	12%	88%
Total	5.569	2.545	5.941	3.024	46%	54%

Fonte: BCB, elaboração CNM

ENTENDENDO A LEI COMPLEMENTAR Nº161/2018

Cientes do cenário acima detalhado cabe aos Municípios entenderem as regras dispostas na Lei Complementar (LC).

1. As prefeituras, seus órgãos, entidades e empresas por elas controladas não passarão a integrar o quadro social da cooperativa.

De acordo com a LC, as prefeituras, seus órgãos, entidades e empresas por elas controladas essas pessoas jurídicas não integrarão o quadro social da cooperativa. A inovação apenas aumentou o rol de exceções anteriormente trazidas na própria lei, relativas às operações que a cooperativa está legalmente autorizada a realizar com não associados, permitindo a captação de recursos dos Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas.

2. Há uma limitação de valor para a captação de recursos pela cooperativa de até R\$ 250.000,00.

A Lei autoriza a captação de valores até o limite garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Hoje, total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada ao Fundo é garantido até o valor de R\$ 250.000,00, segundo o regulamento da entidade.

No entanto, conforme o § 6º do art. 2º da LC 130/09 (incluído pela LC 160/2018), o Conselho Monetário Nacional (CMN) disciplinará requisitos e regras para que as cooperativas possam captar acima do limite garantido pelo FGCoop.

A cooperativa não pode descumprir esse limitador, sob pena de sanções administrativas a serem aplicadas pelo BCB, e demais sanções penais e cíveis.

3. A prefeitura não poderá realizar operações em qualquer cooperativa. A LC estabelece que a cooperativa de crédito somente poderá operar na área de atuação delimitada estatutariamente.

Essa regra está prevista no § 9º do art. 2º da LC 130/09. Além disso, é importante ressaltar que independente da classe cooperativa ou segmentação os Municípios, por não serem associados, poderão realizar operações com a cooperativa que atua na delimitação do seu território.

4. O Município poderá realizar, conforme informações obtidas junto à OCB, operações passivas, tais como:
 - a. Depósitos à vista: conta corrente; e
 - b. Depósitos a prazo: CDB (certificado de depósito bancário) e RDB (recibo de depósito bancário);

Bem como, por meio das cooperativas de crédito gerir as disponibilidades de caixa, ou seja, administrar os recursos não carimbados (aqueles que não têm destinação determinada em Lei) de prefeituras, como por exemplo:

- a. folha de pagamentos de servidores públicos;
- b. Recursos de impostos arrecadados.